



OS DESAFIOS DA ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO EM TEMPOS DE PANDEMIA E AS IMPLICAÇÕES PARA A PROFISSIONALIDADE DOCENTE

Viviane Silva Ferreira¹

Milka Helena Carrilho Slavez²

INTRODUÇÃO

Em virtude da pandemia do novo coronavírus, as escolas aderiram ao ensino remoto, com consequências diversas, como a exclusão de milhares de estudantes, a precarização e a intensificação do trabalho dos professores e as implicações para a profissionalidade docente. Desse modo, o presente trabalho tem como objetivo apresentar aspectos relacionados à alfabetização e ao letramento em tempos de pandemia e as implicações para a profissionalidade docente do professor alfabetizador, visto que no ano de 2020 vivenciou-se uma situação inusitada na educação brasileira, provocada pelas condições adversas advindas do isolamento social, no qual os sistemas de ensino introduziram e impuseram o ensino remoto como mecanismo para garantir o cumprimento do ano letivo.

ALFABETIZAÇÃO, LETRAMENTO E O ENSINO REMOTO

Com o surgimento dos termos letramento e alfabetização (ou alfabetismo) funcional, muitos pesquisadores passaram a utilizar o termo alfabetização em seu sentido restrito, para designar o aprendizado inicial da leitura e da escrita. Passaram a reservar os termos letramento ou, em alguns casos, alfabetismo funcional para designar os usos da língua escrita.

Nessa perspectiva, Soares (2010) acrescenta:

¹Mestranda na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS/MS), Unidade Universitária de Paranaíba. E-mail: vivizinha200787@hotmail.com.

²Possui Doutorado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. É professor adjunto do curso de Pedagogia e Mestrado em Educação na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS/MS), Unidade Universitária de Paranaíba. E-mail: slavez@terra.com.br.



À natureza complexa do processo de alfabetização, com suas facetas psicológica, psicolinguística, sociolinguística e linguística, é preciso acrescentar os fatores sociais, econômicos, culturais e políticos que o condicionam. Uma teoria coerente só será possível se a articulação e integração das várias facetas do processo forem contextualizadas social e culturalmente e iluminadas por uma postura política de alfabetização que resgate seu verdadeiro significado (SOARES, 2010, p. 23).

Implícita nesse conceito está a ideia de que o domínio e o uso da língua escrita trazem consequências sociais, culturais, políticas, econômicas, cognitivas, linguísticas, quer para o grupo social em que seja introduzida, quer para o indivíduo que aprenda a usá-la.

Com todas as transformações vividas em sociedade, alfabetizar em cada tempo é um desafio, pois, embora a aquisição do sistema de escrita alfabético implique habilidades específicas, essas aquisições precisam ser relacionadas a novas linguagens, suportes e usos. Essas habilidades necessárias ao efetivo processo de letramento e alfabetização são introduzidas aos poucos e vão sendo incorporadas nas práticas educacionais. Mas com a situação de ensino remoto emergencial o domínio delas tornou-se necessário abruptamente, para professores e estudantes

Sobre a questão específica do ensino remoto, a Secretaria Estadual de Educação de São Paulo elaborou e divulgou um documento orientador, que:

[...] foi elaborado com o intuito de apoiar as escolas e Diretorias de Ensino para a realização das atividades escolares não presenciais em decorrência de medidas temporárias e emergenciais de enfrentamento do surto global da COVID-19, de forma a mitigar prejuízos à aprendizagem nesse período (SÃO PAULO, 2020, p.10)

Ademais,

[...] para garantir oportunidades de aprendizagem a todos os estudantes, será essencial também a utilização de materiais impressos, incluindo os cadernos do aluno do São Paulo Faz Escola, Ler e Escrever ou EMAI, EJA Mundo do Trabalho, livros didáticos do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), livros paradidáticos e os fascículos de língua portuguesa e matemática do material Aprender Sempre (SÃO PAULO, 2020, p.04)



Mediante o exposto, percebe-se que mesmo com toda promessa de acesso a meios e conteúdos, ofertar materiais impressos e acesso à internet não é o suficiente, pois ninguém, nem mesmo os professores que já adotavam ambientes *on-line* nas suas práticas, imaginavam que seria necessária uma mudança tão rápida e emergencial, de forma quase obrigatória, devido à expansão do coronavírus.

Alfabetizar é um processo desafiador porque para além de ensinar ler, escrever e contar números, o papel do profissional que trabalha com a alfabetização está nas nuances que permitem que essa criança tenha a capacidade de interpretar, compreender e ressignificar conhecimento. Além disso, a integração entre os colegas, o trabalho colaborativo e diversas outras atividades são utilizadas para enriquecer e direcionar o período da alfabetização. Desse modo, quando se pensa na amplitude e na responsabilidade do alfabetizador, entende-se que alfabetizar em tempos de pandemia potencializa a sua complexidade; afinal para desenvolver todas essas capacidades é preciso acompanhamento próximo, interação entre professor-criança e criança-criança. Portanto, alfabetizar nesse contexto de ensino remoto é, talvez, o maior desafio vivido por profissionais da educação nos últimos tempos.

Somado a isto temos a pouca autonomia para os estudos das crianças nessa faixa etária, o que requer acompanhamento de algum membro da família, que se encontra igualmente despreparado para essa tarefa. Aparece ainda, neste cenário, a figura do professor particular que procura suprir a incapacidade de a escola alfabetizar neste contexto.

As condições da educação em tempos de pandemia explicitaram o desigual acesso entre as diferentes classes aos recursos pedagógicos on-line, bem como as desigualdades econômicas ao considerar o computador, celulares e outras ferramentas de ensino à distância, evidenciando ainda mais as disparidades entre classes. Situação essa que já ocorria anteriormente e foi evidenciada com a implantação do ensino remoto.

Nessas configurações, as considerações de Galvão e Saviani (2021) para



adesão ao ensino remoto, por se tratar de uma solução emergencial, é “que nos tira de uma situação de ausência”; porém, questiona-se: esse modelo tão precarizado e ínfimo do ponto de vista do cumprimento dos objetivos da educação escolar corrige realmente essa suposta ausência ou é apenas um engodo?

IMPLICAÇÕES PARA A PROFISSIONALIDADE DOCENTE

A profissionalidade se constitui por saberes e no saber-fazer do professor, traduzidos pela ação de ensinar, orientar o estudo do aluno individualmente e/ou em grupo, regular as relações em sala de aula, preparar materiais, avaliar, organizar espaços e atividades etc. “A profissionalidade e a formação estão intimamente articuladas”, segundo Gimeno Sacristán (1995, p.65).

Considerando essas premissas e entendendo que há uma multiplicidade de fatores que interferem na construção da profissionalidade docente, chama-se a atenção para um conjunto de aspectos preponderantes nos dias atuais para esse processo: as do ensino remoto na conformação da profissionalidade docente, em especial do professor alfabetizador.

Nesse cenário, a profissionalidade do professor alfabetizador fica comprometida, pois com o ensino remoto não se constitui uma dinâmica dialética entre os envolvidos. Essa Modalidade emergencial permite pouca mediação e reflexão de todo o trabalho e desenvolvimento entre os professores e alunos na etapa de alfabetização. Há também um desgaste diante do enorme emprego de tempo e energia que a preparação das aulas exige, vislumbrando, assim, resultados menos expressivos que a modalidade presencial e, até mesmo, a precarização do ensino.

Assim, o professor acaba sendo colocado cheque e isto traz implicações para a constituição da sua profissionalidade enquanto docente, pois há uma necessidade de aperfeiçoamento pelas interações com aqueles que a exercem para levar ao aprimoramento de seu trabalho e de sua pessoa, desenvolvendo



as competências necessárias ao bom exercício de uma profissão.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Consideramos que o ensino remoto introduzido de modo aligeirado se torna ineficiente dificultado pelas questões tecnológicas e pelas dificuldades de acesso por falta de equipamentos adequados e de internet por parte dos professores e alunos, comprometendo a realização de um trabalho pedagógico que possibilite o aprofundamento dos conteúdos de ensino, deixa evidente o modelo precarizado e ínfimo do ponto de vista do cumprimento dos objetivos da educação escolar não corrigindo a suposta ausência das aulas presenciais, visto que, os problemas foram evidenciados e enraizados ainda mais. Vemos que, neste cenário, ficaram mais explícitas as desigualdades sociais e se agravaram ainda mais os problemas relacionados ao fracasso na alfabetização.

Somado a isso, a alfabetização por ser uma etapa crucial a partir da qual dependem o bom ou mal prosseguimento dos estudos no decorrer da trajetória escolar, conta com a atuação do alfabetizador sobre quem incidem todas as cobranças e exigências quanto ao ato de alfabetizar, o que aumenta as tensões diante das dificuldades de se ensinar ler e escrever por meio do ensino remoto.

Portanto, diante da grave situação vivenciada e das consequências que se tem que enfrentar, considera-se necessário aprofundar os estudos sobre as consequências dessa situação para a constituição da profissionalidade docente do professor alfabetizador, sobre quem as cobranças são maiores e a impossibilidade de mediação se torna crucial no ensino remoto.

REFERÊNCIAS

GALVÃO, A. C.; SAVIANI, D. **Educação na Pandemia**: A falácia do ensino remoto. ANDES-SN janeiro de 2021. Disponível em:
<<https://www.andes.org.br/img/midias/0e74d85d3ea4a065b283db72641d4a>



da_1609774477.pdf>. Acesso em 25 mar. 2021.

SÃO PAULO. Secretaria da Educação. Coordenadoria de gestão da Educação básica. Departamento de Desenvolvimento Curricular e de gestão da Educação básica. **Documento Orientador**: Atividades escolares não presenciais. São Paulo: SE/CENP, 2020. Disponível em: <<http://www.escoladeformacao.sp.gov.br/portais/Portals/84/docs/pdf/documento-orientador-atividades-escolares-nao-presenciais.pdf>>. Acesso em 11 mar. 2021.

SOARES, M. **Alfabetização e letramento**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

SACRISTÁN, J. G. Consciência e ação sobre a prática como libertação profissional dos professores. *In*: NÓVOA, A. **Profissão professor**. 2. ed. Porto: Porto, 1995. p. 63-92.